SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - Instituto Telecom

Velocidade média da Internet no Brasil é de 3,6 Mbps

Novo relatório trimestral da Akamai, empresa especializada em serviços de nuvem e redes de entrega de conteúdo (CDNs), indica que a velocidade média da internet no Brasil cresceu no segundo trimestre de 2015 e passou de 3,4 Mbps para 3,6 Mbps. Melhor ainda, o aumento chega a 25% na comparação com um ano antes.

Esse desempenho, porém, não impediu a queda no ranking elaborado pela Akamai e que reúne entre 110 e 144 países (a depender da comparação anual ou trimestral). No acompanhamento trimestre a trimestre (144 países), o Brasil passou de 89ª para 90º.

Em relação à média de picos de conexão, o Brasil registrou 27 Mbps, aumento trimestral de 12% e de 32% em relação ao último ano. Nesse caso, diferentemente da velocidade média, o país subiu da 82ª para 80ª posição no ranking global de picos de conexão.

O levantamento indica ainda que no Brasil, uma página da web é carregada em 6416 milissegundos com o uso de banda larga fixa. O desempenho é um pouquinho pior nas conexões móveis, com tempo médio de abertura de um site em 7324 ms.

No panorama geral, no segundo trimestre de 2015 a média global de velocidade de conexão manteve-se superior à considerada banda larga pela Akamai (4 Mbps), com 5,1 Mbps, e apresentou crescimento de 3,5% em relação aos três meses anteriores. A Coréia do Sul continua líder, com média de 23,1 Mbps.

Três asiáticos dominam o topo do ranking – além da Coreia, Hong Kong, com 17 Mbps; e Japão, com 16,4 Mbps. Os sete países seguintes, completando os 10 melhores colocados, são todos europeus: Suécia (16,1 Mbps), Holanda (15,2), Noruega (14,3), Latvia (14,2), Finlândia (14) e a República Tcheca (13,9).

Na América Latina, a velocidade média variou de 5,9 Mbps, no Uruguai, a 1,5 Mbps, no Paraguai. No ranking global, os países estão na 59ª; e 137ª colocação, respectivamente. Portanto, em 89º, o Brasil vê Uruguai, Chile, México, Argentina e Peru à frente. Costa Rica, Bolívia, Venezuela e Paraguai abaixo.

Quanto à adoção do IPv6, a Bélgica manteve sua liderança, com 38% de suas conexões à Akamai feitas por meio do protocolo. Os dois únicos países não europeus entre os Top 10 de adoção foram os EUA e Peru, sendo 19%; e 17%, respectivamente.

O Brasil aparece em 20o, com 4,2% do tráfego em IPv6. No país, as empesas Net (com 6,7% do tráfego em IPv6) e GVT (3,4%) aparecem na listagem dos 20 maiores provedores de conexão por tráfego pelo novo protocolo. Teles americanas como Comcast (37%) e AT&T (35%) e a móvel Verizon (com 71% do tráfego em IPv6), lideram

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - Instituto Telecom

Justiça proíbe cobrança de assinatura em linha de telefone bloqueada

O Tribunal Regional Federal de Brasília (TRF-1) manteve a decisão que proíbe a cobrança de assinatura nos casos em que as linhas telefônicas estejam bloqueadas. O TRF-1 acatou parecer do Ministério Público Federal (MPF) e negou os recursos da CTBC Telecom e da Anatel.

A CTBC havia sido condenada a devolver aos consumidores os valores de assinatura cobrados durante o período em que o serviço esteve bloqueado a pedido do cliente, por ordem judicial ou inadimplemento. A mesma decisão determinava que cabia à Anatel fiscalizar e adotar as medidas repressivas em relação ao descumprimento da CTBC à condenação.

A empresa recorreu, alegando que não há proibição da cobrança de assinatura mensal no período em que o telefone esteja bloqueado em nenhuma norma ou regulamento e que sem a cobrança da assinatura haverá desequilíbrio econômico-financeiro, prejudicando a prestação de serviços. Já a Anatel, questionou a legitimidade do MPF para agir no caso.

Para o MPF, não há espaço para questionar sua legitimidade pois trata-se de um caso de proteção de um interesse que, mesmo podendo ser exercido individualmente pelas pessoas lesadas, atinge um grupo de pessoas, podendo ser demandado coletivamente.

"Não assiste razão aos apelantes, pois o consumidor não é obrigado a pagar por um serviço que não lhe é prestado, ao simples fundamento de que seu não pagamento acarretará quebra do equilíbrio econômico- financeiro para a concessionária de serviço telefônico", explicou o procurador regional João Akira Omoto.

A 6ª Turma do TRF-1, por unanimidade, acatou o parecer do MPF e manteve a decisão de primeiro grau, proibindo a cobrança de assinatura em casos em que a linha telefônica esteja bloqueada.

23/09/2015 - Rede Brasil Atual

MPT resgata peruanos que trabalhavam em condição de escravidão

Dez funcionários estavam na oficina de costura; trabalhadores recebiam R$ 10 reais por semana e não tinham permissão de ir à rua

O Ministério Público do Trabalho (MPT) resgatou segunda-feira (21) dez trabalhadores em situação análoga à escravidão em uma oficina de costura em Itaquaquecetuba, interior de São Paulo. Os funcionários eram peruanos e moravam no prédio da confecção, sem permissão de sair do local. O dono da oficina era peruano também, e está sendo procurado pela polícia.

Segundo relatos dos trabalhadores, eles foram atraídos por anúncios oferecendo transporte grátis até o Brasil e "salário" de cerca de R$ 700 reais, dos quais seria descontado o valor da viagem. No entanto, disseram que recebiam cerca de R$ 10 reais por semana e eram obrigados a trabalhar das 7 da manhã às 23h, diariamente e de forma ininterrupta. Segundo o procurador do Trabalho Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro, as condições de trabalho eram bastante degradantes e havia risco de incêndio.

O MPT pediu um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) emergencial para que a empresa pague uma indenização por danos morais aos funcionários, e aguarda a assinatura da oficina. Caso não assine o TAC até amanhã, o MPT poderá ajuizar uma ação na Justiça do Trabalho.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Sinttel-ES

"Estão querendo 'pular a cerca' da Constituição", diz advogado sobre pedidos de impeachment

Jurista diz que não há hipótese legal para o impedimento. Cientistas políticos analisam interesses que estão por trás de movimentação oposicionista.

As movimentações no Congresso nacional para levar adiante um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff tem se intensificado. Na semana passada, foi criada uma frente parlamentar de oposição ao governo, que entregou na quinta-feira (17) um pedido de afastamento da presidenta ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O advogado Igor Sant'Anna Tamasauskas aponta que, do ponto de vista jurídico, não há nenhuma possibilidade de um impeachment contra a presidenta Dilma nesse momento, já que "não existe fato determinado que a Constituição estabelece como crime de responsabilidade e que tenha sido cometido por ela".

Tamasauskas chama a movimentação dos deputados de "ataque à democracia". "Estão querendo pular a cerca da Constituição", acusa.

Interesses

Os processos das contas de campanha de Dilma e as "pedaladas fiscais" são fatos que tem sido usados por essa oposição para justificar, por vias jurídicas, o processo de impeachment.

"O impeachment é um processo jurídico, mas principalmente político. O que decide o processo é se a força política do grupo que quer o impeachment é maior que a coalizão do governo", afirma Ivan Fernandes, professor de políticas públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC)".

Há diversos interesses políticos por trás de um pedido de impeachment que, somados à crise econômica, aumentam a pressão contra o governo. É essa a opinião de Armando Boito Jr., professor titular de Ciência Política da Unicamp

"A direita econômica, representante do capital nacional e internacional especulativo, não está satisfeita com o ajuste que o governo Dilma vem fazendo. Por tudo isso, o impeachment é possível. Muitas empresas estrangeiras estão de olho gordo no Pré-Sal e o PSDB, um dos partidos mais interessados no impeachment, trabalha para entregar o Pré-Sal e privatiza a Petrobras", analisa Boito.

O que aconteceria com o país caso ocorresse um processo de impeachment? "Não é claro na conjuntura atual. Normalmente quando há um processo de impeachment, existe um governo alternativo organizado no Congresso. Mas pode ser que não se consiga criar um governo e entramos num caos político, o que seria uma situação muito ruim para o país", analisa Ivan.

Resistência

Partidos que apoiam o governo criaram uma frente contra o processo de impeachment e, numa reunião com a presidenta, declararam seu apoio ao seu governo. PT, PSD, PC do B, PMDB e PP lançaram um manifesto, no qual declararam as tentativas de retirar Dilma do poder como golpe.

"Tal processo se constitui numa clara e nova forma de golpismo, a qual, embora não se utilize dos métodos do passado, abusa dos mecanismos solertes das mentiras, dos factóides e das tentativas canhestras de manobras pseudo-jurídicas para afrontar o voto popular e a democracia", declarou a frente.

Mesmo com as articulações da oposição, Ivan acredita que o cenário de um impeachment é improvável por enquanto, pois o governo tem maneiras de se recuperar da crise.

"O que é mais provável é que o governo consiga superar as deficiências que tem até agora, refazer a coalizão e amenizar a crise. O governo tem todos os instrumentos nas suas mãos para isso, e se conseguir mostrar que tem uma base de sustentação não só dentro do parlamento, mas nas ruas, provavelmente isso vai afugentar as tentativas de tirar a presidenta".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Vermelho

A crise econômica, a realidade e a possibilidade de superá-la

Quando o peixe está fora da água, ele tem voltar a ela o mais rápido possível, não se interessa se ela é funda ou rasa, se está fria ou mesmo poluída, para que lado corre o rio ou em que direção irá nadar.

Muito se tem discutido sobre as causas e a natureza da crise econômica brasileira. Com propósitos opostos, óbvio. Por parte dos partidos e forças sociais progressistas na tentativa de vislumbrar uma saída, por parte da oposição com nítidos interesses de desgastar o governo Dilma Roussef e pavimentar o caminho do golpe tucano para apeá-la do Poder.

Agora estas discussões tornam-se ainda mais intensas devido a acontecimentos recentes. Nomeadamente, a avaliação da S&P rebaixando a nota do Brasil, o encaminhamento pelo Executivo ao Congresso da proposta de Orçamento prevendo de antemão um déficit fiscal para o ano que vem, as propostas para fazer frente a isto, contendo novos cortes de gastos e elevação da carga tributária e, por último, a previsão oficial de que o PIB deste ano deve variar negativamente quase 2,5%.

Em momento grave como este se deve ter cuidado para não se perder no emaranhado dos acontecimentos diários. Tenho insistido no que escrevo e por onde tenho palestrado que as crises são inerentes ao sistema capitalista, parte necessária dos ciclos de acumulação do capital. Existem independentemente da vontade de quem quer que seja, ou da mais bem intencionada política contra cíclica que se aplique para evitá-las. Sua origem primária está na contradição principal deste sistema, ou seja, na produção social e na apropriação privada, capitalista da mesma. Em tempos de dominância financeira esta apropriação agigantou-se. A oligarquia financeira suga os trabalhadores e o povo, submete a burguesia industrial e comercial, os Estados nacionais e os países dependentes. Fica com a parte do leão na divisão do lucro advindo da mais-valia. O capital portador de juros atingiu os mais modestos cidadãos nos mais recônditos locais do planeta. Dívidas públicas enormes, endividamento de empresas e pessoas comuns, alimentados pela expansão do crédito e do capital fictício, jamais imaginados, são características desse esquema de extorsão.

Por certo, em uma economia mundial cada vez mais globalizada os países ficam muito interdependentes. Cresceram em escala mundial os sistemas de produção integrados, o comércio de mercadorias e, sobretudo a circulação de capitais. Muito embora diversos países, inclusive o Brasil, tenham desenvolvido mecanismos de defesa de suas economias, via formação de reservas, não há formas de se imunizar por completo. Principalmente quando a crise atinge os países ricos, as maiores economias do planeta.

Sobre a atuação dos fatores externos, lembro-me de várias experiências. Por aqui se fizeram sentir os efeitos da Grande Depressão de 1929-33, que teve o epicentro nos EUA. O Brasil, à época grande exportador de café, foi profundamente afetado. Para superar esta situação o presidente Getúlio Vargas tomou uma série de medidas de defesa da economia nacional, inclusive comprar café dos produtores e queimar estoques. Mas também outras, de natureza cambial e em relação à dívida brasileira.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270606-2

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Rede Brasil Atual

Depois de veto ao fim do fator, CUT luta contra progressividade na fórmula 85/95

Secretário-adjunto da central afirma que articulações pelo direito a aposentadoria digna vão pressionar a Câmara dos Deputados na votação da MP 676, que será realizada em outubro

A luta dos trabalhadores por aposentadorias dignas terá um novo embate no próximo mês, quando a Câmara dos Deputados deve apreciar a Medida Provisória 676, que estabelece a fórmula 85/95 (idade mais tempo de contribuição) para requisição de aposentadorias, com progressividade de pontos de 2017 a 2022 até a fórmula 90/95, em função do aumento da expectativa de vida de população no país.

Ontem (22), o Congresso manteve os 26 de 32 vetos da presidenta Dilma Rousseff, entre os quais o que acabava com o fator previdenciário, que reduz em até 40% o valor do benefício de quem pede aposentadoria antes da idade mínima de 60 anos para a mulher e 65 anos para o homem, e também criava a fórmula 85/95 com progressividade.

O secretário-adjunto de organização e política sindical da CUT, Valeir Ertle, afirma que a central havia definido duas estratégias de luta para derrubar o fator previdenciário e a progressividade, mas uma delas foi descartada ontem, com a manutenção do veto. "Agora, a estratégia é alterar a medida provisória 676, que precisará ser votada para não trancar a pauta da casa", afirma, referindo-se à regra que define prazo de 120 dias para os parlamentares apreciarem medidas provisórias. A MP 676 entrou em vigência em 18 de junho deste ano.

A proposta da CUT é pela fórmula 85/95 pura, sem progressividade, e pelo fim do fator previdenciário, que foi criado no governo FHC. Valeir lembra também que o tema será discutido em profundidade, na busca de uma solução definitiva, no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, criado em maio deste ano. "Ali vamos ver os números e a necessidade real de progressividade ou não", afirma o secretário-adjunto.

"O que nós estamos trabalhando é para derrubar a progressividade. E vários deputados fizeram emendas para aumentar a progressividade, no lugar de 2022, como estava sendo sugerido", afirma Valeir, destacando que há uma infinidade de propostas de emendas à MP, inclusive para estender o prazo de progressividade. "Mas vamos nos articular para que a fórmula 85/95 seja aprovada sem a progressividade", afirma.

Atualmente, as duas regras convivem à escolha do trabalhador na hora da aposentadoria: 85/95 ou o fator previdenciário. Mas a CUT mantém a posição histórica contra o fator previdenciário. "Na hora que o trabalhador mais precisa de dinheiro, que é quando ele se aposenta, ele tem um prejuízo de 30% a 40% (com o fator). E as mulheres são as maiores prejudicadas", destaca Valeir, já que as mulheres têm expectativa de vida dez anos mais do que os homens.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Vermelho

Dilma atende movimentos e reafirma avanços no Minha Casa Minha Vida 3

O governo federal reafirmou na tarde desta quarta-feira (23) o compromisso com a manutenção e continuidade da terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, apesar das dificuldades econômicas que o país enfrenta.

MTST em BrasíliaMTST em Brasília Em comunicado à imprensa, a Secretaria Geral da Presidência da República disse que segue determinação da presidenta Dilma Rousseff e está concluindo a terceira etapa do programa habitacional. "O governo federal entende que o programa é um patrimônio da sociedade brasileira."

Durante todo o dia, organizações de luta pela moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ocuparam as sedes do Ministério da Fazenda em São Paulo, Brasília, Boa Vista e Belo Horizonte. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, eles realizaram atos na porta do órgão e bloquearam parte da rodovia Anhanguera, em São Paulo.

Em Brasília, manifestantes do MTST ocuparam – por volta das 9 horas da manhã – a entrada principal do Ministério da Fazenda, mas foram retirados do local pela Polícia Militar (PM).

A sede do Ministério da Fazenda na capital paulista também foi ocupada pelos manifestantes nesta manhã. Eles começaram a se concentrar por volta das 9 horas em frente à Estação da Luz, na região central da cidade. Após curta passeata, o grupo interrompeu o trânsito na Avenida Prestes Maia e tomou as escadas e o saguão de entrada do edifício. Ao forçar a entrada, os manifestantes acabaram quebrando duas portas de vidro.

Após o anúncio da Secretaria Geral, nesta tarde, o MTST comemorou em sua página a reafirmação do compromisso de continuidade da terceira etapa do programa. "As conquistas só vêm com luta.

O compromisso é importante. Mas é ainda mais importante seu cumprimento. O MTST permanecerá atento e mobilizado para garantir que as conquistas sejam efetivadas."

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270625-1

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/09/2015 - Altamiro Borges

Aécio pagará os 124 voos para o RJ?

Sem maior estardalhaço, a Folha revelou nesta quarta-feira (23) mais uma sacanagem do cambaleante Aécio Neves, candidato derrotado do PSDB nas eleições presidenciais de outubro passado. Quando foi governador de Minas Gerais, ele usou o avião oficial para realizar 124 viagens ao Rio de Janeiro. Namorou e curtiu as noitadas cariocas com dinheiro dos contribuintes mineiros. O jornal não exigiu, como é do seu costume, a criação de mais uma CPI e nem cobrou a imediata devolução da grana aos cofres públicos. Mesmo assim, ajudou a tirar a máscara do falso moralista, o playboy que hoje posa de vestal da ética e rosna pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Segundo a matéria, "o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves, usou aeronaves oficiais para realizar 124 viagens ao Rio de Janeiro nos sete anos e três meses que governou Minas Gerais (2003-2010), de acordo com relatório produzido pelo atual governo mineiro, comandado pelo PT. O documento, feito para atender a requerimento originalmente realizado por um deputado estadual do PSDB, mostra uma média de 1,4 viagem por mês ao Rio e a outras cidades fluminenses, como Búzios e Angra dos Reis". Não dá nem para acusar os seus oponentes, já que o requerimento da investigação foi apresentado por um deputado tucano. Um verdadeiro tiro no pé!

Ainda segunda a reportagem, "a maioria das viagens foi entre quinta e domingo. Além disso, há em 2008 e 2009 seis passagens para Florianópolis, onde morava a namorada e hoje mulher do tucano, a ex-modelo Letícia Weber. A planilha informa, por exemplo, um deslocamento a São Paulo, Rio e Florianópolis em 19 de fevereiro, quinta da véspera do Carnaval. Colunas sociais de Florianópolis registraram fotos do então governador em uma festa acompanhado de Letícia. O relatório é assinado pelo atual secretário da Casa Civil de Minas, Marco Antonio de Rezende Teixeira. Ele afirma no texto que a pesquisa não encontrou justificativa para a realização das viagens".

A Folha tucana até tenta aliviar a barra do cambaleante, que possui uma famosa carreira nas noitadas cariocas - com direito, inclusive, a bafômetros e cenas de bebedeiras. "A assessoria do tucano diz ser normal o uso de avião oficial por governantes em compromisso pessoal, afirma haver inconsistências na listagem e diz que em alguns casos houve compromissos oficiais. O uso de aeronaves, durante a gestão de Aécio Neves, era regulado por decreto assinado pelo tucano. Ele permite o uso de aviões oficiais pelo governador 'em deslocamento de qualquer natureza, por questões de segurança'".

Apesar do "outro lado" - que o jornal não costuma usar quando se trata da crítica à presidenta Dilma -, a denúncia dos 124 voos do cambaleante pegou mal entre os tucanos de alta plumagem. O senador mineiro-carioca até hoje não convenceu parte da direção do PSDB, sediada em São Paulo. Há quem suspeite que a revelação da Folha faça parte destas bicadas sangrentas no ninho. Aécio Neves estaria sendo, aos poucos, depenado pelos tucanos paulistas. Seria o caso de aproveitar a guerra para exigir a convocação de uma CPI e também para pedir o retorno da grana aos cofres públicos de Minas Gerais.